

# Estudo e Análise do Planejamento Financeiro Individual Segundo a Ótica da Teoria Econômica

Flavio Roberto Faciolla Theodoro  
Faculdade Anhanguera – São Paulo - Brasil  
flaviotheodoro@bol.com.br

Alfredo Colenci Junior  
Centro Paula Souza – São Paulo – Brasil  
colencijr@yahoo.com.br

**Resumo** - Este artigo tem por finalidade analisar os principais aspectos relacionados à teoria econômica e sua contribuição para o entendimento do atual processo de consumo, onde, a cada ano, pode-se observar um aumento no número de endividados. Propõe-se por este estudo, entender um pouco do comportamento dos agentes do mercado e de suas origens, buscando, sobretudo, aplicar ferramentas mais efetivas para o planejamento e a gestão individual e familiar dos recursos financeiros.

**Palavras-chave:** Finanças Pessoais, Teoria Econômica, Consumo.

**Abstract** – This article analyzes the main aspects of economic theory and its contribution to understanding the current process of consumption, where, each year, increases the number of debt. It is proposed by this study to understand the behavior of market players and their origins, seeking to apply the most effective tools for planning and management of financial resources.

**Keywords:** Personal Finance, Economic Theory, Consumption.

## Introdução

Segundo Vasconcellos (2008)[1], a ciência econômica estuda como o indivíduo e a sociedade decide empregar recursos na produção de bens e serviços para satisfazer as necessidades humanas. Para Assaf Neto (2006)[2], não só os recursos são escassos para a produção<sup>1</sup>, mas os rendimentos dessa produção são decrescentes, ou seja, a produção cresce sob taxas que, no longo prazo, vão diminuindo relativamente. Em contrapartida as necessidades humanas são ilimitadas. Essa condição define a Segunda Lei da Economia, que busca minimizar os efeitos da inequação existente entre Necessidades Ilimitadas e Recursos Limitados, sendo grande parte destes, não renováveis.

Tais conceitos são componentes da Teoria Econômica que embora complexa, podem se ajustar, quando dominados, à realidade da microeconomia institucional, familiar ou individual. Observa-se na própria origem grega da palavra: Economia a idéia

---

<sup>1</sup> Enunciado da Lei da escassez

de administração da casa, pois se tem “*óikos*” como “casa” ou “fortuna” e “*nómos*” como “lei” ou “administração”. Portanto, mostra-se coerente utilizar o termo economia e seus enunciados, inclusive para a “administração da casa”.

Entender alguns fundamentos econômicos, suas leis, conceitos e princípios, torna-se fundamental para se definir o processo de planejamento e gestão financeira pessoal, e aplicá-lo, pois posiciona o indivíduo dentro de um universo maior e o torna parte dele, podendo tornar suas decisões com relação ao consumo mais racionais. Nesse sentido o objetivo deste artigo é analisar os principais conceitos da Teoria Econômica e correlacioná-los com os conceitos da educação financeira buscando entender os padrões comportamentais de consumo que estão contribuindo para o endividamento crônico das pessoas.

## **Metodologia**

Trata-se de uma revisão bibliográfica e documental sobre os principais conceitos e leis da Economia e sua relação com os tópicos de Educação Financeira. Buscou-se entender as relações atuais de consumo, poupança e endividamento através de renomados autores da área econômico-financeira. A pesquisa bibliográfica está pautada em trabalhos científicos nas áreas correlacionadas às finanças pessoais, à economia, à psicologia, à educação, bem como em documentos e legislações como a Lei de Diretrizes Bases para a Educação, LDB, e o Código de Defesa do Consumidor, CDC, de modo a permitir uma revisão bibliográfica específica.

## **Resultados**

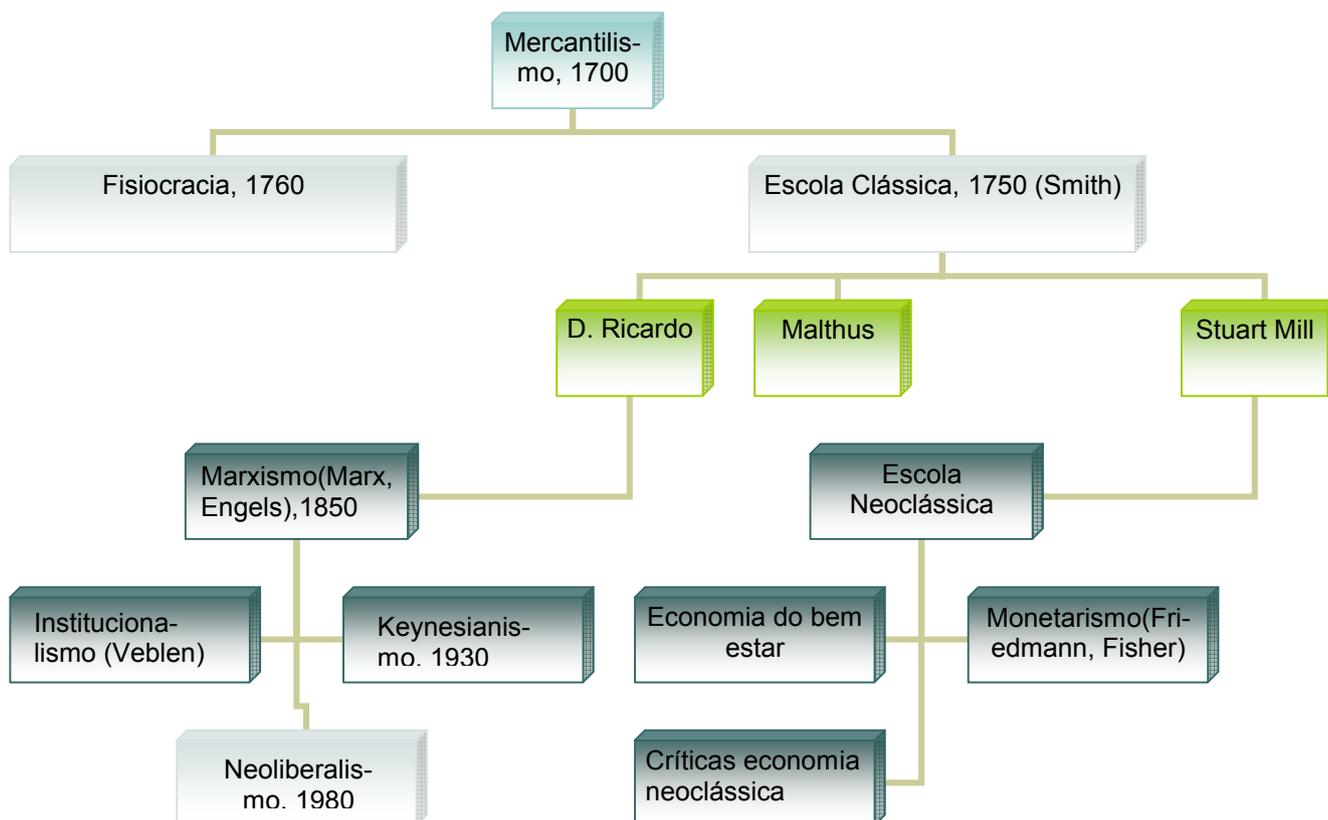
Com o passar do tempo as mudanças ocorridas na Sociedade, impulsionadas também pelo avanço tecnológico, tem ajustado e abreviado os ciclos da economia construídos pelas principais correntes econômicas. Uma economia que, para Ramos (2009)[3], tinha uma interdependência com arte, religião, magia e moral, mantendo os princípios da ética, justiça e igualdade, vem sendo substituída gradativamente pelo estudo sistemático das relações econômicas.

De acordo com Rossetti (1997)[4], a primeira escola econômica, o mercantilismo, surgiu no século XVI. Esta escola ao sugerir a acumulação de riquezas pelas nações acabou por estimular guerras e colocar o Estado com presença constante nos assuntos econômicos. A Escola Clássica trouxe a idéia de que o Estado deveria agir na proteção da Sociedade e interferir menos na Economia, o que representaria o início do Liberalismo.

O período neoclássico é fundamental para o entendimento do processo de produção e consumo dos dias atuais. Nesse período surge a especialização do trabalho e a Lei de Say, em que “a oferta cria sua própria procura” (VASCONCELLOS, 2008, p. 18). O aumento da produção gerava cada vez mais renda e esta era empregada em mais produção e mais consumo. Também foi no período neoclássico que o comportamento do consumidor recebeu um enfoque maior, pois era necessária a maximização da utilidade do produto, mas não em detrimento a maximização do lucro.

A teoria keynesiana, constituída após grande depressão de 1929, retorna com a possibilidade de intervenção do Estado na Economia, contudo, seus seguidores diferem no pensamento de como esta intervenção deve ser feita. Enquanto os monetaristas acreditam que deve ser priorizado o controle da moeda e baixa intervenção do Estado, os fiscalistas propõem um maior grau de intervenção (VASCONCELOS, 2008). A figura 1 traz um resumo das principais correntes econômicas e alguns de seus expoentes.

Figura 1: Principais correntes econômicas e suas ramificações



Fonte : (Rossetti,1997, p. 63)

Analisar os aspectos econômicos é fundamental para o entendimento de conceitos como lucro, consumo, acumulação, oferta e procura, entre outros conceitos que regem o mercado em geral. O ponto de partida desta análise se pauta no atual modelo neoliberal que, para Friedman (1985)[5], é a reorganização do conceito liberalista e tem como consequência a maximização dos lucros.

Segundo Engels (*apud* HEILBRONER, 1996)[6], “a concepção do materialismo histórico origina-se do princípio que a produção (e com a produção a troca dos seus produtos) é a base de toda a ordem social”. Nesse sentido, houve nos últimos anos uma potencialização do materialismo através do neoliberalismo que, ao afastar cada vez mais o Estado da Economia, cria uma espécie de mercado auto-ajustável, onde, num ambiente de competição, a informação e a tecnologia assumem papéis relevantes nas relações comerciais entre os agentes econômicos.

O conceito de “capital” é bastante relevante na compreensão dos processos e das relações de troca. Na Economia, de acordo com Rossetti (1997), capital é o conjunto de riquezas acumuladas pela sociedade, basicamente para fins produtivos e de segurança. Para o indivíduo, o capital também assume esta finalidade produtiva convertendo-se em educação, saúde, moradia, transporte, lazer, alimentação e segurança.

Com relação origem do capital da pessoa física, tem-se, segundo o IBGE(2010)[7], que 98,4% do capital são provenientes da força do trabalho ou da transferência de renda, sendo que, muitas vezes não é suficiente para atender as necessidades que são infinitas, conforme visto no enunciado da Lei da Escassez. Com a revolução industrial, a partir do século XVIII, intensificou-se o processo de acumulação de capital como um incremento dos rendimentos, pois, seja através de máquinas ou de outros investimentos, o capital empregado gerava mais capital.

Num regime capitalista a escolha pela acumulação de capital em detrimento ao consumo vale-se pelo propósito de garantir recursos para operações futuras quando, naturalmente, a capacidade produtiva diminui, contudo, há um problema em se acumular capital, pois, faltam recursos para as necessidades básicas.

No âmbito individual, o conhecimento e a inovação são fundamentais para o aumento dos recursos. Para Schumpeter (*apud* OSER, 1983) [8] a inovação é o processo chave para mudanças econômicas e não há inovação sem conhecimento, tanto para o indivíduo, quanto para um Estado.

A inovação é conhecida como as mudanças nos métodos de fornecimentos de bens, tais como a introdução de novos bens ou de novos métodos de produção; a abertura de novos mercados; a conquista de fontes de fornecimento de matérias primas...Inovação é muito mais do que invenção. Invenção só não é inovação não for usada. Uma invenção torna-se inovação somente quando ela é aplicada a processos industriais (OSER, 1983 p.410).

A Lei dos Rendimentos Decrescentes aplicada ao setor produtivo pode ser associada ao indivíduo uma vez que, com o passar do tempo, caso não haja outra variável como inovação ou conhecimento em sua capacidade produtiva, seus rendimentos irão decrescer. Principalmente se levar em conta a redução do poder aquisitivo ou da capacidade de acumulação devido à inflação e os tributos crescentes. Nesse sentido a Previdência Social deveria suprir o déficit aquisitivo, mas isso não acontece na prática, devido principalmente, a uma gestão ineficiente dos recursos frente às crescentes demandas provocadas por crescimento da população de idosos.

A renda, no entanto, torna-se preponderante para definir o consumo e investimento. Para Keynes (*apud* OSER, 1983) o nível de consumo e de investimentos é determinado pelo tamanho da renda. Freedman (1985) também aponta a renda como fator relevante para o consumo e explica que o indivíduo pode antecipar o consumo, segundo hipótese da renda permanente<sup>2</sup>, ou seja, além do provento real, tem-se ainda, a possibilidade desse consumidor fazer uso de um recurso financeiro que ainda não auferiu para consumir.

O fator renda remete aos conceitos de riqueza e pobreza, fundamentais para o estudo da economia aplicada às finanças pessoais. Segundo Sheth (2001)[9], riqueza é o

---

<sup>2</sup> A hipótese da renda permanente sugere, resumidamente, que o indivíduo consuma baseado na expectativa de sua renda e não na sua renda real.

valor atual de todos os bens menos o valor atual de todas as obrigações. Nos EUA uma pessoa é rica se essa diferença for acima de um milhão de dólares. Já a definição de pobreza, configura-se num nível onde a pessoa não pode pagar pelas suas necessidades básicas como alimentação e vestuário, por exemplo. No Brasil, segundo o IBGE, a pobreza absoluta é medida a partir de critérios que analisam a capacidade de consumo das pessoas, sendo considerada pobre aquela pessoa que não consegue ter acesso a uma cesta alimentar e de bens mínimos necessários a sua sobrevivência.

Nos últimos anos as classes sociais consideradas mais pobres vêm se configurando como um bom mercado consumidor para as empresas do mundo todo tendo em vista que a globalização os proporcionou novas opções para o consumo. Nos países em desenvolvimento, tal classe está em ascensão, no entanto, segundo Sheth (2001), essa classe tem os seguintes fatores que podem potencializar o consumo:

1. Insegurança – sentem seus empregos instáveis, seus recursos inadequados para cuidar de sua saúde e emergências e que a polícia e os tribunais exercem sobre eles uma vigilância excessiva e hostil;

2. Desamparo – sentem que não tem força política, e que, em virtude de seu baixo grau de instrução e de suas experiências de vida limitadas, estão sujeitos aos caprichos dos outros;

3. Fatalismo – Sentem que seus destinos não estão em suas mãos e que o acaso, a sorte ou outros elementos controlam seu futuro;

4. Orientação para o presente - Como percebem uma falta de controle pessoal sobre os eventos futuros, sentem que devem mais é aproveitar a vida e deixar que o futuro cuide de si mesmo.

Logo, “essas atitudes são responsáveis por alguns pobres acumularem dívidas, não economizarem e comprarem de forma insensata sem desprender os esforços necessários para obter bons valores de preços” (ANDREASEN *apud* SHETH, 2001 p.177). No caso brasileiro, observa-se também uma fidelização à mídia, que impõe, principalmente através das novelas, um padrão de vida baseado no consumo.

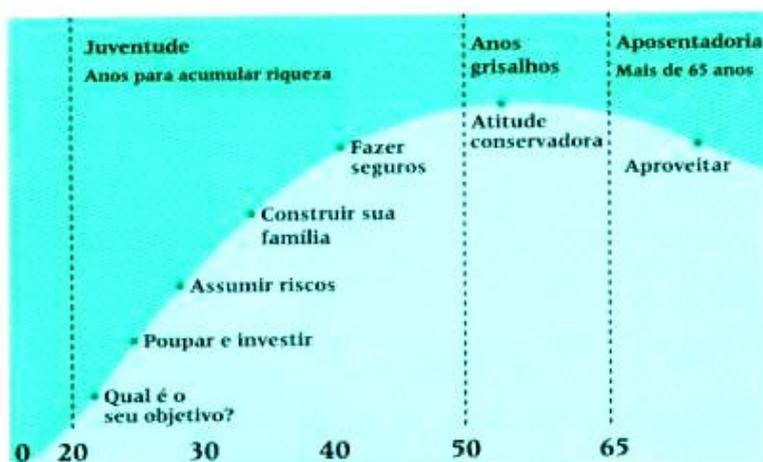
Conforme Rossetti (1997), outra hipótese importante para entender o consumo é a Hipótese dos Ciclos de Vida. Nela o horizonte de vida das pessoas define o consumo, ou seja, inicialmente as pessoas estariam propensas a poupar mais para acumular riquezas para suas necessidades futuras, logo, esta hipótese não vem sendo confirmada nos dias atuais.

O ciclo de vida do indivíduo e das famílias tem grande peso na decisão de consumo, pois, em cada fase da vida há uma demanda diferente de acordo com as necessidades. De acordo com Sheth (2001), o ciclo de vida das famílias tem cinco estágios diferentes e entender a demanda de cada ciclo é fundamental para os fabricantes atenderem as necessidades de consumo. Dentre esses ciclos estão:

1. Pessoa jovem e solteira;
2. Casal sem filhos;
3. Casal com filhos;
4. Casal sem filhos novamente (os filhos agora iniciaram seu ciclo), e;
5. Sobreviventes.

As necessidades e os recursos financeiros mudam em cada fase do ciclo de vida e eles devem ser considerados tanto para o consumo como para os investimentos, pois irá determinar os riscos que se pode correr. Halfeld (2001) [10] descreve o risco financeiro e suas atitudes a serem tomadas ao longo da vida conforme figura 2, a seguir:

Figura 2: Riscos e atitudes financeiras relacionadas com a idade



Fonte: (Halfeld, 2001)

A idéia de Halfeld (2001) está alinhada à Hipótese dos Ciclos de Vida e em consonância com o ciclo de vida das famílias. O autor aponta que o planejamento e a poupança devem aparecer antes da constituição da família, algo que, muitas vezes, não acontece na prática. Cabe ressaltar que um dos objetivos da Educação Financeira é fazer com que as pessoas entendam desde cedo os riscos e atitudes que devem ser tomadas em cada fase do seu ciclo de vida.

Outro conceito importante na proposta de Educação Financeira é o Desenvolvimento Sustentável que Shumidheiny (*apud* ROSSETTI, 1997) chama de Ecoeficácia. Tal conceito tem ganhado força nos últimos anos e influenciando positivamente na questão do consumo.

Tanto o Estado como algumas empresas, estão se esforçando para contribuir com a questão ambiental, contudo, o fator educação ainda é preponderante e decisivo para um resultado mais efetivo nesse processo. De acordo com Caetano (2005) [11], há conceitos como o consumeirismo, que visa tornar os consumidores menos dependentes do consumo e, decorrentes deste, o consumeirismo verde e o ético, que em suma, orientam aos consumidores a comprarem produtos que não agridam o meio ambiente.

Para Caetano (2005) a educação do consumidor deve considerar dimensões ambientais, econômicas e sociais.

Para tal transformação, há uma questão permanente que o consumidor deve se fazer: por que comprar? Uma pergunta curta e que requer uma reorientação na consciência dos indivíduos: um novo eixo de imagem de si e do outro; do tempo passado, presente e futuro; do próximo e do distante; de causa e efeitos; de saúde e de doença; de saudáveis de doentes; enfim, toda uma transformação no conjunto de premissas para a existência humana (CAETANO, 2005 p. 55).

A Análise de Valor é outro fator a considerar para se entender o consumo. Colenci Jr (2008) [12] aborda esta questão de forma clara através de uma matriz de decisão para determinar o valor de troca, ou de mercado, de um produto ou serviço. Segundo ele, deve-se atribuir um determinado peso ao valor funcional do produto ou serviço que se pretende adquirir e outro peso ao valor estético (que varia de acordo com cada indivíduo). A soma destes dois valores seria o valor de troca do produto. Na visão do consumidor este valor de troca resultaria na decisão entre adquirir ou não o produto ou serviço, entretanto, a eficiência da publicidade e a questão do consumo conspícuo<sup>3</sup>, descrita por Weblen no século XIX, podem potencializar o valor estético do produto, distorcendo o processo de análise. Sheth (2001) exemplifica a diferença clara entre estes dois segmentos de valores através da aquisição de um automóvel.

[...] dois valores de desempenho muito comuns que as pessoas buscam em um automóvel são a segurança e a confiabilidade.[...] Além disso, como o carro é um produto altamente visível, alguns clientes procuram um carro que tenha valor social. [...] O valor emocional deriva de uma dimensão de personalidade, na qual alguém poderia dizer: "Acho que este carro foi feito para mim". (SHETH, 2001 p 89).

Ainda no tocante ao valor dos produtos e serviços, Sheth (2001) acrescenta que o valor também está expresso em economia de tempo, dinheiro e esforço físico, além de atender as necessidades do cliente. Cabe, portanto, ao consumidor definir o que lhe valha a pena.

## **Discussão e Conclusões**

Analisando a questão do planejamento financeiro individual ou da empresa familiar do ponto de vista da teoria econômica, observa-se uma reprodução do ambiente macro nas pequenas relações de consumo do dia a dia. Ao entender o funcionamento da economia de modo global, fica mais fácil compreender as estratégias das empresas em vender, mesmo comprometendo a situação financeira de seus clientes.

Através da análise de leis econômicas como a do Rendimento Decrescente, por exemplo, fundamenta-se a questão do planejamento financeiro de longo prazo. Tópicos como a Análise de Valor, por exemplo, faz com que o consumidor pense de maneira mais racional e controle um pouco o impulso inicial da compra.

Compreender o Ciclo de Vida dos produtos e o perfil das famílias pode auxiliar sobremaneira a implantação de um modelo adequado de planejamento e gestão de recursos individuais.

Por fim, conclui-se, conforme foi apresentado, que a teoria econômica é um pilar onde se pode sustentar grande parte dos conceitos relacionados às finanças pessoais e institucionais. O entendimento das escolas econômicas, das leis, princípios e conceitos econômicos, evidenciam o comportamento atual dos agentes financeiros<sup>4</sup>, explicam parte de suas atitudes e remete à buscar estratégias para aumentar a eficiência dos mecanismos de gestão e planejamento de recursos financeiros.

---

<sup>3</sup> O conceito de consumo conspícuo está atrelado ao consumo por *status*, ou seja, para demonstrar riqueza.

<sup>4</sup> Consideram-se agentes financeiros, todos os participantes do mercado, seja como indivíduo, empresa ou setor público.

## Referências

- [1] VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia: edição customizada**. 2 ed. São Paulo Saraiva, 2008.
- [2] ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 7 Ed São Paulo: Atlas, 2006.
- [3] RAMOS, Guerreiro. **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho**. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2009
- [4] ROSSETTI, José Pascoal. **Introdução à Economia**. 17 ed., São Paulo: Atlas, 1997.
- [5] FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. Editora Nova Cultural. 1985
- [6] HEILBRONER, Robert L. **História do Pensamento Econômico**. Título original: The Wordly Philosphers. Tradução: Theresinha M. Deutsch. São Paulo: Editora nova cultural. 1996.
- [7] BRASIL, IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares.POF 2008/09**. Disponível em:<[http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/condicaodevida/pof/2008\\_2009/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/condicaodevida/pof/2008_2009/default.shtm)>. Acesso em: 10 Jul 2010.
- [8] OSER, Jacob. BLANCHFIELD, W. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: editora Atlas, 1983.
- [9] SHETH, Jagdish N. **Compotamento do Cliente: indo além do comportamento do consumidor/** Jagdish N. Sheth, Banwari Mittal, Bruce I. Newman; tradução Lenita M. R. Esteves; revisão técnica Rubens da Costa Santos. São Paulo. Atlas, 2001.
- [10] HALFELD, Mauro. **Investimentos: como administrar melhor o seu dinheiro**. São Paulo: Fundamento Educacional, 1 ed., 2001.
- [11] CAETANO, Gilberto. **Responsabilidade Social e meio ambiente: Edição customizada**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- [12] COLENCI Jr, Alfredo. **A nobreza da emoção**. 2 ed. São Paulo: Copidart Editora, 2004

## Contato

Flavio Roberto Faciolla Theodoro  
flaviotheodoro@bol.com.br – (12) 9117-9647  
Faculdade Anhanguera de Taubaté: Av José Olegário de Barros, nº47, Vila da Graças – Taubaté-SP (12) 3624-8714